



Anais da Assembléia

Nº 123

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE OUTUBRO DE 1.979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 1.979

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57), achando-se ausente o Senhor Deputado Ezequias Losso, em missão cultural.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 129/79

Curitiba, 28 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre reservas, em zonas urbanas, mediante escolha do Instituto de Terras e Cartografia, de terrenos devolutos para os fins que especifica.

Altamente significativo e consultando plenamente aos superiores interesses da Administração, o plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, virá dotar o Estado de mais um instrumento que, incorporado à atual legislação de terras devolutas, melhor atenderá às necessidades do setor.

Justificando a proposição, transcrevo, abaixo, texto da exposição de motivos apresentada pelo Instituto de Terras e Cartografia para adoção da medida legal em causa:

“1. INTRODUÇÃO

No Estado do Paraná, inúmeros povoados e verdadeiras e importantes cidades se formaram sobre imóveis constituídos de terras devolutas (ex. Paranavaí, Cruzeiro do Oeste, etc.).

A transferência dos imóveis situados no perímetro urbano originário se fazia da seguinte maneira: criando o Município, as terras devolutas apenas aquelas destinadas à edificação de próprios estaduais (escolas, delegacias, etc.).

Ocorre que muitas dessas cidades expandiram-se rapidamente e, ao romperem o perímetro urbano inicialmente deli-

mitado, incorporaram áreas até então havidas como rurais ou suburbanas (chácaras).

Outras, com o decréscimo da produtividade da terra ou por se acharem próximas de centros maiores, ao invés da expansão populacional sofreram acentuado declínio. Neste particular, as áreas mantidas como devolutas pelo Estado, e em muitos casos, inexistiu interesse em assim preservá-las.

Por último, é grande o número de pequenos povoados que o longo dos anos se formaram em terras devolutas carentes de regularização.

O tratamento que se vem dando a esses casos é puramente casuístico. Se o Município ou o particular pretendem adquirir imóvel urbano ainda devoluto, torna-se necessário a edição de lei específica que autorize a prática do ato.

Cumpr, portanto, equacionar de modo abrangente e definitivo essas situações.

2. SITUAÇÃO JURÍDICA

De regra, essas terras perderam a sua destinação agrícola, constituindo-se, por conseguinte, em imóveis urbanos.

Com efeito, o conceito de imóvel rústico ou urbano decorre de sua destinação, independente da localização (cf. Philadelpho de Azevedo, “Destinação do imóvel”, 2ª edição, 1957, Max Limonad, com Notas do Ministro José Geraldo Rodrigues Alckmim, pág. 188).

O imóvel é rural se se destina à exploração agrícola, pecuária, extrativa ou vegetal, pois como adverte o Professor Washington de Barros Monteiro, a nota qualificativa é dada primordialmente pela destinação, sendo a localização secundária (Curso de Direito Civil, Direito das Obrigações, 2º Vol., 3ª Edição, Saraiva, São Paulo, pág. 164).

Esse é o critério legal, como se pode verificar da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1.964, (art. 4º, inc. I), e da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1.972 (art. 6º).

Torna-se necessário, portanto, formular regras que disciplinem o regime jurídico a que estarão submetidos os imóveis devolutos urbanos.

3. ESTRUTURA DO ANTEPROJETO

O anteprojeto, em seu artigo 1º, procura dar segura destinação aos imóveis devolutos urbanos (incisos I a VII). Não retira, porém, do administrador, a indispensável margem de ação ao instituir cláusulas gerais (incisos VII e VIII), que poderão ser utilizadas para atender as hipóteses não previstas nos incisos anteriores, mediante adequada concretização.

Os imóveis assim reservados poderão ser doados aos Municípios, entidades educacionais, culturais ou de finalidades sociais (art. 2º).

Por outro lado, esses imóveis poderão ser igualmente alienados, a título gratuito se os ocupantes ou possuidores forem reconhecidamente pobres (art. 4º), ou a título oneroso (art. 3º).

Para maior proteção ao ocupante, o anteprojeto determina que o doador prescreva a impenhorabilidade do bem doado (art. 4º).

As doações estão oneradas com encargo ou afetadas, adstritas a um fim (art. 1º, incisos I a VIII), de tal sorte que, na hipótese de inexecução do encargo ou frustração do fim, o bem doado reverterá ao patrimônio do Estado (parágrafo único do artigo 2º).

Prevê-se, nessa hipótese, cláusula de reversão, indispensável à consecução do fim público e do resguardo da mora-

lidade administrativa.

A venda está disciplinada pelos artigos 5.^o a 8.^o. No artigo 5.^o é assinalado o prazo de sessenta (60) dias para o possuidor regularize sua ocupação, sob pena de não o fazendo lhe ser cobrada taxa de ocupação, a ser regulamentada por decreto do Poder Executivo.

É de se ressaltar, ainda, que as vendas ficarão subordinadas à condição resolutiva de o adquirente pagar as prestações na data do vencimento (art. 7.^o).

O resultado da venda dos lotes urbanos há de se constituir em fonte de recurso à implantação e manutenção de viveiros comunitários para preservação da fauna e da flora (parágrafo único do art. 6.^o).

Obviamente que, na constituição dos lotes, serão observadas as posturas da Prefeitura local (art. 9.^o).

4. CONCLUSÃO

Com a transformação em lei do presente anteprojeto, o Estado do Paraná preencherá antiga lacuna em sua legislação, passando a contar com um diploma eficaz e abrangente para dar solução e equacionamento a questões envolvendo imóveis urbanos devolutos, ainda pendentes de regularização e destinação."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o — Serão reservados em zonas urbanas, mediante escolha do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, na forma desta lei, terrenos devolutos para:

- I - construção de edifícios públicos, criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso e cemitérios;
- II - abertura de vias ou logradouros públicos;
- III - execução de planos de urbanização;
- IV - estabelecimentos de núcleos residenciais;
- V - manutenção de possuidores, que, com tolerância expressa ou tácita do Estado, os tenham ocupado;
- VI - construção de casas populares;
- VII - execução de obras e serviços públicos em geral.

VIII - outros fins de necessidade ou de utilidade pública.

Art. 2.^o — Os terrenos assim reservados, excluídas as áreas destinadas a manutenção de possuidores, que, com tolerância expressa ou tácita do Estado, as tenham ocupado, poderão ser doados aos municípios, entidades educacionais, culturais ou finalidades sociais.

Parágrafo único - Do título de doação constará que os bens doados voltem ao patrimônio do Estado, se ocorrer inexecução do encargo ou frustração do fim a que a liberalidade está adstrita.

Art. 3.^o — O Governador do Estado, por proposta do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, poderá autorizar a alienação dos terrenos aos seus ocupantes (art. 1.^o, inciso V), mediante as condições previstas nesta lei, independente de licitação.

Art. 4.^o — Os terrenos reservados, nos termos do artigo anterior, poderão ser doados aos seus ocupantes ou possuidores desde que reconhecidamente pobres, prescrevendo-lhe o doador a impenhorabilidade.

Art. 5.^o — Autorizada a alienação, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná notificará o ocupante para, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, requerer o imóvel sob pena de pagamento de taxa de ocupação.

Art. 6.^o — O preço de aquisição, a ser arbitrado pelo

Conselho de Administração do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, poderá ser pago em prestações mensais até o máximo de 36 (trinta e seis).

Parágrafo único - Os recursos oriundos das vendas serão destinados prioritariamente ao financiamento de projetos de implantação e manutenção de viveiros comunitários para a preservação da flora e da fauna.

Art. 7.^o — Os títulos de venda outorgados pelo Estado do Paraná ficam sujeitos à condição resolutiva de o adquirente pagar as prestações na data do vencimento.

Art. 8.^o — Resolvida a venda pelo inadimplemento da condição prevista (art. 7.^o), restituir-se-á ao adquirente o que houver pago, previamente deduzida, a título de taxa de ocupação pela posse do imóvel, a importância arbitrada pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

Art. 9.^o — Na alienação dos terrenos ocupados serão observadas, quanto à constituição dos lotes as posturas da Prefeitura local.

Art. 10 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.^o 130/79

Curitiba, 01 de outubro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de re-ratificação n.^o 2 ao Convênio n.^o 28/77, celebrado em 05 de dezembro de 1.977, entre o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —, objetivando a elaboração do Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.^o 131/79

Curitiba, 01 de outubro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo datado de 24 de agosto de 1.979 de renovação do convênio celebrado em 05 de maio de 1.978, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de CURITIBA, objetivando a execução de obras referentes ao projeto de complementação da via de ligação Curitiba/São José dos Pinhais - Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres), constante do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.^o 132/79

Curitiba, -1 de outubro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de COLORADO, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 133/79

Curitiba, 01 de outubro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 134/79

Curitiba, 01 de outubro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de ALTO PARANÁ, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 135/79

Curitiba, 01 de outubro de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 17 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 136/79

Curitiba, 01 de outubro de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de SANTA IZABEL DO OESTE, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 137/79

Curitiba, 01 de outubro de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de IPORÃ, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 138/79

Curitiba, 01 de outubro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de RONDON, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 139/79

Curitiba, 01 de outubro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo do convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de NOVA ESPERANÇA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 140/79

Curitiba, 01 de outubro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de DIAMANTE DO NORTE, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 141/79

Curitiba, 01 de outubro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de SÃO TOME, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Engenheiro AIRTON PAULO CERQUEIRA ALVES, ocorrido ontem, dia 08 do corrente, na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

As iniciativas que visem a divulgação e a preservação dos episódios históricos do Paraná, são dignas do apoio e do louvor da comunidade e de seus representantes.

Assim, proponho seja aprovado um voto de congratulações ao jornal "O Estado do Paraná" e à Secretaria da Cultura e do Esporte pela recente edição de um suplemento especial sobre "O Contestado", um dos mais marcantes episódios da história do Paraná.

Estendo esta homenagem ao teatrólogo Romário José Borelli, pela encenação da peça "O Contestado", no Teatro Guaíra, em iniciativa patrocinada igualmente pela Secretaria da Cultura e do Esporte.

Requeiro, também, que da decisão desta Casa, sejam cientificados o Secretário Luiz Roberto Soares e o Diretor do jornal "O Estado do Paraná", Mussa José Assis.

É o que requeiro, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados telegramas de congratulações aos Bispos do Paraná, pela campanha iniciada pela Igreja de nosso Estado em favor dos bóias-frias.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) PINTO DIAS.

JUSTIFICATIVA:

Há aproximadamente 20 dias, a Comissão de Justiça e Paz do Secretariado Regional Sul-2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou documento em que preconiza várias medidas objetivando solucionar o problema dos bóias-frias.

Somente no Paraná existe cerca de um milhão de bóias-frias que necessitam do amparo de todos. Trata-se de um problema que atinge de perto a todos nós. É um assunto que deve sensibilizar a todos os brasileiros.

Solicitamos a esta colenda Casa o envio de telegramas de congratulações aos Bispos paranaenses isto porque a causa que estão defendendo é de grande teor humanitário e, além de tudo, merece a atenção de todos aqueles que se preocupam com os magnos problemas de nossa terra.

Por outro lado, achamos que o surgimento dos bóias-frias em nosso Estado, tem como uma de suas principais causas o confisco do café. O café, desestimulando a cafeicultura, acarreta a expulsão do homem da zona rural.

Lembramos que o café, por suas características, ainda é o produto que oferece maior potencial de utilização da mão-de-obra. Ele dispensa a utilização da máquina desde o plantio até a colheita.

Assim, ao mesmo tempo que nos solidarizamos com a campanha iniciada pela igreja paranaense no sentido de solucionar o problema do bóia-fria, outra vez retificamos o nosso pedido às autoridades governamentais no sentido de extinguir o confisco sobre o café.

Quem sabe com a extinção do confisco não estejamos dando um grande passo no sentido de acabar definitivamente com o problema social acima exposto.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do Jubileu de Prata da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda., cuja sede está localizada no Distrito de Carambeí, Município de Castro.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os usuários da rodovia que liga Curitiba a Paranaguá tem trafegado com total insegurança quando são obrigados a enfrentar os perigosos trechos sujeitos a forte neblina. Sabe-se que a referida rodovia está em obras de duplicação, aliás, de grande repercussão econômica para o Paraná. Todavia, mesmo que precária, a atual sinalização é absolutamente incapaz de orientar os motoristas, amadores e profissionais, colocando em risco permanente os usuários dessa importante rodovia. Não é novidade que a incidência de neblina na BR-277 é das maiores, levando os motoristas a um desgaste, físico e mental, dos mais fortes, comprometendo os conceitos de segurança. Além de ser necessária à comunicação terrestre com os Municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá, a citada rodovia é utilizada para a promoção do turismo nos balneários do litoral paranaense. Essas razões levam-me a apelar ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no sentido de determinar urgentes providências para a sinalização, horizontal e vertical, da BR-277, trecho Curitiba-Paranaguá. É o que requeiro nos termos do Regimento Interno desta Assembléia. Da decisão do Plenário, requeiro sejam comunicados os Prefeitos Municipais de Paranaguá, Antonina, Matinhos e Guaratuba.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental e,

considerando que a Taxa Rodoviária, a partir de 01 de janeiro de 1.980, está fixada em sete por cento sobre o valor dos veículos, indiscriminadamente;

considerando que o agravamento de impostos e taxas tem sido um dos grandes fatores de descapitalização do empresário

nacional e do povo;

considerando que esses altos gravames fiscais ensejam afugentamento de capitais e causam desestímulo à iniciativa privada;

considerando que isto se comprova quando vultosas somas são aplicadas em papel e poupança, por não apresentarem os mesmos incômodos de uma atividade empresarial, o que é um grande mal nacional, pois fica a riqueza no campo da especulação do lucro fácil e não de sua aplicação em sentido social;

considerando que o povo brasileiro atravessa momento de grandes dificuldades, face a uma inflação galopante;

considerando, que o veículo não é objeto de luxo, mas instrumento de trabalho, pelo menos para noventa por cento dos seus proprietários;

considerando, que a elevação da taxa rodoviária foi feita em percentual fora do razoável, atingindo, porque não dizer, até as raízes do odioso, porquanto causará impactos sociais sérios, até de privar muitos de um bem indispensável ao seu uso e como um direito seu;

considerando, que o povo brasileiro é comprovadamente pobre e, principalmente neste momento, não suporta maiores gravames na sua bolsa;

considerando, ainda, que a Taxa Rodoviária além de ter sido elevada a níveis altos, atinge, de modo indiscriminado, a todos os veículos de uso ao trabalho, como os utilitários, imprescindíveis aos serviços da lavoura, o que trará resultados negativos a uma classe que, como os trabalhadores assalariados em geral, é sofrida neste País.

considerando, finalmente, que essa não é uma solução para os problemas nacionais, pelo contrário, servirá para agravá-los ainda mais a situação de um povo empobrecido por um modelo econômico que lhe foi imposto, sem qualquer consideração à pessoa humana; REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Eliseu Rezende, DD. Ministro dos Transportes e Dr. DAVID ELKIND SCHWARTZ, MD. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja sustada a elevação da Taxa Rodoviária para um reestudo como se faz necessário, dados os efeitos danosos que o aumento representa para a economia do povo.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que esta Casa envie apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação Prof. Edson Machado, no sentido de que seja implantado o ensino regular de 2.º grau na Escola Professora MARIA AGUIAR TEIXEIRA, no Bairro Cajuru, para atender a clientela escolar dos bairros da Vila Centenário, Vila Oficinas, Capão da Imbuia e Vila Camargo, envolvendo, anualmente, 9.740 alunos matriculados em 8 escolas dos bairros acima citados.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

O pedido de implantação do 2.º grau na Escola Professora Maria Aguiar Teixeira é uma justa reivindicação dos moradores do bairros do Cajuru, Vila Centenário, Vilas Oficinas, Vila Camargo e Capão da Imbuia, para evitar que os alunos que completam o ensino de 1.º grau se desloquem ou para o Centro da Cidade ou para o Colégio Hildebrando de Araújo, que se situa distante dos bairros enumerados e que, por outro lado, virá atender os anseios da população estudantil que pretende ter, no

seu próprio bairro, uma Escola que lhes dê orientação profissional nos cursos profissionalizantes de Comércio/Administrativo e Desenho Mecânico, conforme pesquisa efetuada entre estudantes dos estabelecimentos envolvidos, quais sejam, Escola Maria Aguiar Teixeira, Escola Nossa Senhora de Fátima, Escola Enéas Marques dos Santos, Escola Natália Reginato, Escola Prefeito Omar Sabbag, Escola Luiz Carlos Pereira da Silva, Escola Deputado Olívio Belich e Escola Senhorinha Moraes Sarmento.

O atendimento dessa solicitação é viável pelas condições oferecidas, em termos de recursos materiais e humanos pela Escola Maria Aguiar Teixeira, bem como considerando suas vias de acesso, dependências e espaço físico, possuindo as instalações necessárias à prática desportiva, salas para o setor de administração, biblioteca e outras exigidas pela Lei n.º 5692/71.

A par desses dados, é de se destacar o grande conceito que goza a Escola Maria Aguiar Teixeira no seio da sua Comunidade, e do renome de seus administradores e professores no setor educacional. Desde 1.960 a referida escola vem prestando relevantes serviços à nobre causa da educação e, a partir de 1.968, vem sendo dirigida por um dos mais notáveis mestres da educação pública paranaense: o professor Francisco Botelho Nêia que, ao lado de ter formado centenas de turmas ao longo do período em que exerce a direção, é uma pessoa verdadeiramente estimada pelos seus colegas de magistério, pais e alunos da escola.

Sua presença à frente dessa Escola é a garantia de que o 2.º grau, se criado, irá se constituir numa das melhores escolas de Curitiba, pois o Professor Nêia lecionou longos anos como professor suplementarista, ingressou no Quadro Próprio do Estatuto do Magistério por concurso e fez sua opção definitiva de vida pelo magistério, pois preferiu optar pelo cargo de magistério ao invés de permanecer como Advogado da Assembléia Legislativa do Paraná, onde provavelmente, teria maiores recompensas financeiras. Destaque-se, também, que o Professor Nêia vem há anos participando, com brilhantismo, de inúmeros grupos de trabalhos da Secretaria da Educação, objetivando o aprimoramento do sistema educacional paranaense.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que a Secretaria da Educação não se negará atender grande parcela da população estudantil de Curitiba e o Governador Ney Braga irá determinar o atendimento pleiteado aos bairros, com os quais sempre contou na sua eloquente vida pública.

REQUER-SE, outrossim, que se dê conhecimento às direções das escolas citadas do teor deste, bem como às Associações de Pais e Professores dos referidos estabelecimentos de ensino.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Câmara Municipal de Tijucas do Sul, atendendo iniciativa do Vereador Antenor Batista da Rocha, aprovou requerimento solicitando a este Parlamentar a realização de gestões junto ao Governo do Estado visando a implantação do ensino de 2.º grau naquele município. A pretensão é das mais justas, não há como negar. De acordo com levantamento feito recentemente pela direção do Ginário Estadual Prof. Murilo Braga, cento e vinte e três alunos já concluíram o 1.º grau, logo, estão em condições de frequentar o curso pretendido. Alguns desses alunos, freqüentam o 2.º grau no Município de São José dos Pinhais, viajando, nos dias de aula, mais de 100 km para satisfazer esta indiscutível necessidade pessoal e cultural. Deve-se dar destaque ao fato de que são alunos que trabalham o dia inteiro, na lavoura, na indústria ou no comércio, e que, à noite, com extremo sacrifício, se deslocam até São José. O Prefeito Municipal tem contribuído, como pode, para auxiliar no transporte desses jovens. É justo destacar o empenho da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, pois que, aprovando a iniciativa do Vereador

Antenor Batista da Rocha, provou seu interesse pelos assuntos da comunidade. Da decisão do Plenário desta Casa, solicito sejam cientificados o Prefeito João Camargo, o Presidente da Câmara de Tijucas do Sul e o Vereador autor do requerimento. É o que requeiro, nos termos do Regimento Interno desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado um telex ao Sr. Miguel Colassuomo, Presidente da EMBRATUR, e General Ozief Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, nos seguintes termos:

"Apelamos sensibilidade vossencia vg sentido pelitear reunião amanhã Conselho Nacional de Petróleo vg autorização para funcionamento aos domingos postos de gasolina no litoral do Paraná pt Excessão aberta vizinhas praias catarinenses criou sérios problemas ao comércio e turismo do litoral paranaense que poderão ser corrigidos com o atendimento da solicitação pleiteada.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) NELSON BUFFARA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 160/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE COLORADO — A.P.M.I. —, com sede e foro na Cidade de Colorado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos pela legislação reguladora da matéria.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente.

Está em regular funcionamento há mais de hum (01) ano e presta relevantes serviços à coletividade, cuja finalidade é dar proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, compreendendo: higiene, assistência alimentar, proteção e educação de crianças órfãos, com defeitos físicos, mentais, sociais etc., compreendendo somente as estritamente pobres.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 161/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O prazo estabelecido no Art. 7.º, da Lei n.º 7.122, de 26 de abril de 1.979, fica prorrogado por trinta (30) dias, contados da data da publicação desta lei.

Parágrafo único: Aos ocupantes dos cargos, que fizerem a opção com base no prazo estabelecido neste artigo, ficam assegurados todos os direitos e vantagens conferidos aos que optaram no prazo estabelecido anteriormente.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 7.122, que adota nova estrutura na carreira de Engenheiro do Estado estabelece novo regime de trabalho para seus integrantes, com vantagens pecuniárias correspondentes. E, no seu artigo 7.º, assina prazo de trinta (30) dias para que os engenheiros funcionários façam opção entre o regime anterior, sem as obrigações da nova lei, ou aceitem o novo regime de trabalho.

Ocorre que um pequeno número de engenheiros deixou de se pronunciar no prazo estabelecido, por motivos de força maior: a maioria em gozo de férias ou de licença prêmio, em viagem inclusive no exterior.

Esta proposta tem por objeto dilatar o prazo previsto na lei, ensejando oportunidade para aqueles que impossibilitados de o fazerem, perderam o prazo de escolha.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 111/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — O valor a que se refere o art. 1.º da Resolução n.º 37/72, de 04 de dezembro de 1.972, modificado pela Resolução n.º 339/77, de 02 de dezembro de 1.977, fica alterado para 5 (cinco) salários mínimos.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) RUBEN VALDUGA.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Luiz Carlos Zuk, Prefeito Municipal de Ponta Grossa, bem como do Sr. Alceu Machado, Vereador da Cidade de Irati, que se faz acompanhar do Sr. Luiz Fernando Cavalli.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não resta dúvida que um dos assuntos mais importantes para a agricultura brasileira hoje, nesses dias, é a política adotada na cafeicultura. E diversos Srs. Deputados passaram por esta tribuna, apresentando sugestões, tecendo críticas, levantando os problemas porque atravessa a agricultura e inclusive trazendo a angústia por que passa o agricultor hoje, não somente no Paraná, mas no Brasil todo.

Os jornais de hoje estampam notícias, de que numa ação até certo ponto desesperada, os cafeicultores de Franca, no interior do Estado de São Paulo, estariam dispostos, aproximadamente mil produtores, de levarem os seus cafés à praça pública e atearem fogo. Por outro lado, a gente encontra dezenas de cafeicultores, erradicando seus cafezais, muitas vezes para uma agricultura de rentabilidade econômica, bem menor.

O jornal "O Estado de São Paulo", de hoje, na página em que cobre sobre a bolsa de cereais de São Paulo, nos dá uma notícia realmente alarmante. Sobre o preço do feijão, comercializado ontem em São Paulo.

O feijão "bico de ouro", foi negociado entre Cr\$... 1.250,00 a Cr\$ 1.300,00 a saca de 60 kg. O feijão "carioquina" Cr\$ 1.730,00 a saca de 60 kg.; o "rosinha", Cr\$... 1.680,00 a saca de 60 kg.

Enfim, quase todo o feijão negociado em São Paulo ontem, mesmo com variedades inferiores, alcançou um preço de Cr\$ 1.300,00 a saca de 60 kg. Enquanto o café, hoje, em côco, alcança, com toda a adversidade encima da agricultura, o café às vezes não alcança nem Cr\$ 1.000,00 a saca; o que é, realmente, se nós levarmos em consideração, que na época em que o Paraná era o grande produtor de café e que através de

lavouras intercaladas, o feijão, o arroz, o milho, nós tínhamos produção, realmente, abundantes neste País, exatamente pela maneira propícia que o cafezal dá à produção desses produtos.

E nessas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, maior Estado produtor de café, assumia realmente a sua responsabilidade, nós estamos apresentando um requerimento de sugestão, ao ilustre Presidente desta Casa. — (Lê):

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja promovido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um debate sobre a "PROBLEMÁTICA DA CAFEICULTURA NACIONAL" e, para isto sugere a criação de uma COMISSÃO ESPECIAL, composta de 7 (sete) Senhores Deputados, para comporem a referida Comissão, que irá analisar e avaliar as sugestões desta promoção.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

Sem dúvida nenhuma, a cafeicultura atravessa neste período da vida nacional, a sua maior crise. E não é justo que a cafeicultura, que por tantas décadas carregou nas costas a economia nacional, além de ter sido a maior embaixatriz brasileira no exterior, seja agora por teimosia de alguns, deixada ao abandono e relegada ao seu próprio destino, aquela que sem dúvida alguma, a verdadeira "GALINHA DOS OVOS DE OURO" da economia brasileira, e que se não houver conscientização maior, principalmente da classe política, estaremos permitindo o fim da nossa cafeicultura, e com ela a morte da "GALINHA DOS OVOS DE OURO". Se isto não bastasse, não podemos negar ainda que o verdadeiro êxodo rural começou exatamente com a erradicação de nossos cafezais, oficialmente patrocinada a alguns tempos atrás, pelo próprio Governo, pelas condições climáticas, além dos desestímulos aplicados pela política econômica em vigor, até os dias de hoje neste setor da agricultura, ainda mais com a substituição de nossos cafezais, por lavouras de fácil mecanização. E foi exatamente com o incentivo a essas lavouras de fácil mecanização, que começou a faltar na mesa do brasileiro, os produtos tradicionais, principalmente o feijão e o arroz, lavouras estas plantadas intercaladas nos meios dos cafezais, e que era o meio de subsistência do nosso trabalhador do campo, que se via incentivado a permanecer no meio rural, pois ele consumia um pouco daquilo que havia colhido. Isto, sem levar em conta também, a queda no recolhimento do ICM, trazendo prejuízo para o Estado. É por isso, Sr. Presidente, que sugerimos a esta augusta Casa de Leis, a promoção de um debate de âmbito nacional sobre este assunto, convidando cafeicultores, políticos, economistas, líderes classistas, enfim todos aqueles que estão verdadeiramente preocupados com este desastre econômico para o Brasil, que é a extinção da cafeicultura, principalmente em nosso Estado, a fim de participarem deste debate, e através dele, por certo surgirão idéias novas e medidas capazes para que se encontre uma solução satisfatória para a sobrevivência da cafeicultura de nosso Estado, e da lavoura cafeeira do Brasil."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDÉLCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde que viemos a esta Casa, temos tido uma preocupação constante com o servidor público do Estado do Paraná, seja ele da área civil, ou da área militar.

E os nossos pronunciamentos, os nossos posicionamentos, Sr. Presidente, têm sido feitos com critério matemático, no levantamento da defasagem salarial de todo servidor público do Paraná, principalmente, do servidor do Paraná, apesar de ser

uma defasagem latente em toda a organização administrativa do País, e, sobretudo, tendo em vista a falta de visão da tecnocracia reinante nesta sereníssima República brasileira.

Acontece, Sr. Presidente, que a partir de 1.964, toda organização do País, sofreu uma mudança estrutural e foi baseada num golpe militar chamado de revolução. E, a partir daí, começaram então as gestões para que o povo brasileiro fosse sentindo as duras penas, pagando a peso de ouro, de derramamento do seu sofrimento, do seu suor, essa defasagem salarial, e alcançou a iniciativa privada e tem assento, hoje, pelo poder de força do Estado, no Funcionalismo Público, seja ele Federal, Estadual ou Municipal.

A verdade, Sr. Presidente, é que aqui no Paraná, por diversas oportunidades, temos enfatizado, até às vezes, exacerbadamente, senão até com violência, de que o Governo do Paraná não tem o menor cuidado com o seu servidor.

E a verdade, Sr. Presidente, está em que, depois de se constatar que há 9 meses, deste ano em curso, já há uma inflação tão violenta, tão vergonhosa, que o salário do servidor do Paraná, feitas as contas, corrigidos os índices de inflação, ele, hoje, está ganhando o que ganhava em 1.977.

Isto equivale dizer, Sr. Presidente, que, em apenas 3 meses de atraso, ou de defasagem salarial, o Governo vai ganhando duplamente nas costas do funcionalismo.

Primeiro, baseado no índice inflacionário, na perda do poder aquisitivo da moeda.

Segundo, porque, na medida em que o tempo vai se alongando, o custo dos produtos, dos gêneros de primeira necessidade são elevados com mais rigor, com maior incidência percentual, do que o índice inflacionário. E isso, então, dá uma dupla desvantagem, um duplo prejuízo para o funcionalismo.

Primeiro, dizia, porque perde o poder aquisitivo da moeda. E perdendo o poder aquisitivo da moeda, não consegue alcançar a valorização, ou a elevação de preços. E na elevação de preços, aqui é que está a dupla vantagem do Governo, na dupla de preços, há uma elevação natural e lógica dos tributos. Elevação direta e indireta. Porque, na elevação de preços o percentual incidente sobre o valor acrescido dos produtos que estão se elevando, é roupa, é calçado, é alimentação, é ônibus, escola, e tudo se debita, Sr. Presidente, à crise do petróleo.

Para nós outros, a crise não é do petróleo, a crise é de capacidade. O Governo está tornando-se cada dia mais incapaz. E não tem capacidade sequer para solucionar os problemas internos do seu funcionalismo.

E não vamos longe, neste Poder Legislativo, que quantas e quantas vezes vem endossar as Mensagens do Governo do Estado, e o funcionalismo desta Casa está aí, pelos corredores clamando por justiça, clamando para elevação de seus salários, para reestruturação de seu Quadro, Sr. Presidente.

Não é possível Deputado circular pelos corredores da Assembléia, há um clima de tensão, um clima de terror, neste Estado do Paraná! E o Governo manda uma mensagem para este Poder, relativamente ao magistério suplementar. E o que se vê, Sr. Presidente, a Comissão de Recursos Humanos, por várias e muitas vezes, não faz as reuniões regimentais, não faz as convocações para os membros poderem aferir os seus conhecimentos e dar o seu parecer.

Na quinta-feira, ainda, insistia com toda persuasão para que o Presidente da Comissão convocasse, regimentalmente, para que fizesse uma reunião, respeitando o Regimento Interno desta Casa. O que se vê, Sr. Presidente, é que, hoje, de volta do interior, tenho conhecimento de que, inclusive, Sr. Presidente, o projeto de lei veio a Plenário sem o Parecer da Comissão de Recursos Humanos.

Faço um apelo a Vossa Excelência, Sr. Presidente, e à Mesa Executiva: Que se cumpra o Regimento Interno, ou, então, seremos forçados a entrar com mandado de segurança, Sr. Pre-

sidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Enquanto o governo estadual pretende criar novos planos de auxílio ao pequeno produtor rural, que em nosso Estado, chega a uma população de 4,2 milhões, colaborando com cerca de sessenta e um por cento do valor da produção "agrícola do Estado, o governo promove a denominada vergonha nacional" segundo afirmações feitas pelo nobre Deputado Federal Euclides Scalco.

Enfatizou o nobre Parlamentar que, a venda de milho importado, através da Bolsa de Mercadoria, faz parte de um conjunto de medidas todas em favor das transnacionais, que participam de quase todos os eventos da produção, desde a venda de máquinas, insumos e sementes, até a comercialização, só não entrando no período de risco, que está entre a semeadura e a colheita, esta sempre por conta e risco do produtor. Sócio nas horas do lucro.

Mas enquanto o governo federal propaga o refrão - plante que o João garenta, os lucros são colocados nos bolsos dos grandes produtores, dos detentores das multinacionais.

Essa vergonha nacional, foi enfatizada pelo nobre Deputado Federal Euclides Scalco, na qual afirma ter o governo culpa, pois com a necessidade de importar milho, demonstra plenamente sua incapacidade no estabelecimento de prioridades para a Nação. Pior que isso, afirmou o Parlamentar que essa falta de competência se iniciou quando o governo brasileiro, por interesse de grupos transnacionais, deu ênfase ao cultivo do soja, com o objetivo de alimentar a população brasileira, mas com o objetivo de exportar, atendendo assim, as aspirações alienígenas.

Sabemos ainda, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que as safras de 78 e 79, foram adquiridas pelos chamados grandes grupos que dominam o mercado de grãos.

Esses grupos, adquiriram essas safras, por preços irrisórios, preços em torno de Cr\$ 130,00 a saca, esses grupos, são formados pela CARGIL, NEVA, SANBRA, ANDERSON CLAYTON e outras.

Afirmou também o Deputado Euclides Scalco, que parte dessa responsabilidade, a qual reputamos como irresponsabilidade, cabe ao sistema de crédito bancário, que por má distribuição de prazos dos financiamentos, faz com que o agricultor, o pequeno agricultor, veja-se obrigado a vender suas colheitas em épocas impróprias, para 60 dias depois, a fim de que não morra sua criação, adquirir de novo o milho por ele produzido, pelo dobro do preço pelo qual vendeu aos grandes grupos, grupos promotores de sua miséria como dos demais produtores, em relação à aquisição de milho importado, subsidiado pela Comissão de Financiamento da Produção, e segundo informações do próprio Ministério da Agricultura, está sendo comercializado pela Bolsa de Cereais de São Paulo, desde o início deste acontecimento, mobilizou as entidades de classe, inclusive a Federação da Agricultura do Paraná, que inclusive, levou em data de 24 de setembro, o problema ao Governador Ney Braga. O problema e as apreensões desde o início vinham deixando os pequenos produtores em dúvidas e diante de um pesadelo que agora começa a ter corpo e forma, forma de prejuízo.

Naquela ocasião cogitava-se de que duas medidas poderiam ser tomadas. Uma delas previa a participação de uma empresa pública nos pregões - a CAFÉ DO PARANÁ - que revenderia pelo preço de custo a Avicultura e a Suinocultura, que por sua vez, repassariam-na aos pequenos e médios produtores, como já vinha ocorrendo anteriormente, nas ocasiões em que o produto faltava. A outra medida, considerada como mais adequada, seria a divisão do milho na bolsa, por Estado e

por segmento, o que, com uma relação de produtores a ser fornecida pelas entidades de classe, amenizaria o problema. Naquela oportunidade, o Presidente da FAEP, Sr. Mário Stadler de Souza, inclusive fez uma alusão ao poderio econômico das multinacionais do setor, dizendo que o milho faltará ao pequeno produtor, ração não, mas a que preço?

No final do mês passado, o nobre Deputado arenista Tércio Albuquerque disse que a melhor maneira de se fixar o homem ao campo, será através de um programa de apoio ao pequeno agricultor, desenvolvido pelo governo, para incentivar e desenvolver a suinocultura, pois a exploração dessa atividade é segura e econômica. Entendemos bem a posição do nobre Parlamentar, mas neste momento, entendemos que o explorado está sendo o pequeno agricultor, o suinocultor e o avicultor.

Além dos reveses climáticos que a composição minifundiária da agricultura vem sofrendo, principalmente a da Região Oeste do Estado, este é mais um revés forte e desarticulador ao setor, pois parte dos setores oficiais do governo.

Já no mês de abril deste ano, quando os lavradores entusiasmados com o preço de venda para o milho – em torno de Cr\$ 165,00 a saca de 60 kg, realizavam a venda em grande quantidade, principalmente em Londrina, o diretor de cooperação técnica da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, Rui Wolfart, alertava os produtores para que reservassem o necessário para o consumo, e isto na verdade não ocorreu. O Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura estimou naquela ocasião, que o Paraná iria colher perto de 4,34 milhões de toneladas de milho na atual safra, da qual cerca de 52% já havia sido colhido.

Não se sabia oficialmente naquela data, quanto o Estado estaria retendo, já que as autoridades do setor, temiam, apenas que as vendas seriam totais, e que se isto ocorresse, evidentemente seria necessário importar o produto, para atender as necessidades paranaenses, que seriam de 3,5 milhões de toneladas, das quais 2 milhões de toneladas destinados à moagem e o restante para ração animal, além de outras fontes de consumo.

Portanto, o alerta foi feito por setores oficiais e levado ao conhecimento do governo estadual.

Na verdade o pior aconteceu. O Paraná colheu cerca de 4 milhões de toneladas de milho, e agora está sendo realizada a venda do produto importado, para fazer frente às necessidades e manutenção do setor, o qual passa agora a enfrentar problemas gravíssimos.

E esses problemas gravíssimos, verificados em relação ao milho, juntam-se agora a um outro fator: o gerador de problema social, e neste aspecto, avizinha-se uma crise em relação ao fornecimento de arroz, onde inclusive nos supermercados de nossa cidade, o arroz tipo polido, que seria mais barato, de fácil acesso pelos consumidores, já não é encontrado, supondo-se que o produto esteja sendo estocado, aguardando novo preço. Enquanto isso, o arroz tipo macerado, que está com preços de venda livre, está sendo comercializado a Cr\$ 20,00 e Cr\$ 24,00 o quilograma.

Enquanto isso na Região Oeste do Estado, a matéria prima está sendo adquirida nos Estados do Mato Grosso e Rondônia, segundo informações do Presidente da Associação Comercial de Cascavel.

Com a liberação de preços de arroz macerado as empresas operantes neste produto, tem liberdade para cobrar o preço que lhes convier, podendo pagar neste caso, melhores preços pela matéria prima bruta, e este fator impossibilita as empresas que trabalham com arroz polido e tabelado de continuarem operando, pois não conseguem comprar devido a concorrência do preço. Isto vem a gerar o desemprego naquela região, cada vez mais carente de fontes geradoras de emprego. Devido a esta previsão, e em face portanto da atual situação, a ACIC, solicita medidas a curto prazo para evitar os problemas mencionados,

que virão ao nosso entender, congestionar ainda mais a situação na Região Oeste do Estado.

Enquanto isso chegamos a pensar que essa situação toda prende-se a falta de uma política agrícola mais real, por parte do governo, no momento em que este mesmo governo vem pedir ajuda e compreensão ao povo, e que este participe dos planos de economia propostos, os quais voltam a apertar ainda mais a cinta do povo brasileiro.

Chegamos quase que a sentir a vertiginosa queda do agricultor brasileiro, quando o governo lhes tira a escada, isto porque o ex-Ministro da Agricultura, afirmou ainda em abril deste ano, que o "pacote anti-inflacionário" não prejudicaria a agropecuária. Que haveria recursos suficientes para o governo cumprir o seu projeto, o seu propósito de financiar a atividade agrícola, além de comprar tudo o que for produzido. Não vamos, disse na ocasião o ex-Ministro da Agricultura Antônio Delfim Neto, tirar a escada do agricultor, mas o que na verdade sentimos, é que nesta escada ainda estão as multinacionais."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "No dia 14 de maio do corrente ano, ocupamos esta tribuna para manifestarmos o nosso repúdio pela maneira precipitada, infeliz e arbitrária como foi imposta à Nação a Lei Orgânica da Magistratura.

Naquela ocasião, destacamos que a mesma iria agravar, sensivelmente, os já quase insolúveis problemas que afligem ao Poder Judiciário, que não dispõe de instalações adequadas, pessoal especializado e recursos necessário para desempenhar as suas funções constitucionais, principalmente porque a "máquina" está emperrada na primeira instância, onde é realizada, efetivamente, mais de 80% da prestação jurisdicional.

Procuramos, na oportunidade, demonstrar que a diminuição da competência dos Tribunais de Alçada dos Estados era uma medida altamente prejudicial aos interesses da Justiça e aos anseios das partes, uma vez que ela iria contribuir para abarrotar de processos os Tribunais de Justiça e que a Lei Complementar n.º 035, de 14 de março de 1979, sorrateiramente, havia criado um Tribunal Militar no Estado do Paraná, ferindo preceitos constitucionais, interferindo em assuntos internos do nosso Estado e relegando a plano secundário o Poder Judiciário paranaense, que não teria sido consultado sobre a conveniência, legalidade e oportunidade da instalação do Tribunal Castrense.

As críticas à Lei Orgânica da Magistratura nunca cessaram. No Congresso Nacional, nos Tribunais de Justiça e de Alçada, na Ordem dos Advogados do Brasil, na Imprensa brasileira, nas Faculdades de Direito, nos Institutos dos Advogados, nos Congressos de Magistrados e de Juristas nunca se deixou de apontar os inconvenientes da prepotente lei.

Muitos Desembargadores e Juízes de Direito preferiram passar para a inatividade do que serem compelidos a julgarem sob o "fantasma" da nova ordem jurídica, posto que não pretendiam ultrajar as suas consciências e nem macular as suas vestes talares.

Mas, parece-nos que o fruto do arbítrio, da prepotência e do "pacote de abril", imposto ao País com a colaboração da maioria arenista no Congresso Nacional, não poderá resistir por muito tempo.

Nesta data, tomamos conhecimento de que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou à apreciação do Poder Legislativo proposta de alteração da malsinada Lei Orgânica da Magistratura, ampliando a atual competência dos Tribunais de Alçada dos Estados.

A medida é salutar, conforme já nos pronunciamos nesta augusta Casa, mas incompleta.

Realmente, o Chete do Poder Executivo, atendendo aos

reclamos da Nação, poderia ter tratado da ampliação do Supremo Tribunal Federal, poderia ter proposto a oficializado de todos os cartórios, poderia ter ensejado a criação de Tribunais Regionais do Trabalho em todos os Estados faltantes e a instalação de Juntas de Conciliação e Julgamento nos municípios com população superior a 50.000 habitantes, poderia ter reestruturado a Justiça Eleitoral, com a criação dos seus quadros próprios e com uma adequada remuneração dos seus abnegados: servidores, poderia ter restabelecido as gratificações anteriormente pagas aos Magistrados, poderia ter eliminado o políptico Conselho Nacional da Magistratura, órgão cuja constitucionalidade da existência é posta em dúvida por renomados juristas brasileiros e que interfere na soberania dos Estados-membros e, no caso específico do Paraná, viabilizar a criação e instalação de Varas da Justiça Federal nos Municípios de Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Paranaguá, Cascavel, Umuarama, Apucarana e Campo Mourão.

Novamente não se enfrentou, como é necessário, o inadiável problema da oficialização dos cartórios, visto que proprietários de alguns deles ajudaram a gerar o "pacote de abril", são poderosos, estão inquistados no poder e se auto-denominaram de "vitalícios da riqueza".

Era preciso que se eliminasse o tumulto causado à vida jurídica nacional pela malfadada Lei Orgânica da Magistratura, suprimindo-se os dispositivos contrários aos interesses nacionais, a fim de que toda a população do nosso País voltasse a confiar inteiramente no Poder Judiciário, que sempre se manteve íntegro, ativo, independente, altaneiro e que nunca se curvou ao arbítrio e à prepotência.

Por isso, faz-se necessário que o Congresso Nacional, ao apreciar a mensagem modificadora da Lei Orgânica da Magistratura, não se limite ao estudo, debate e votação da acanhada proposta governamental, mas ofereça um substitutivo capaz de eliminar o monstro sancionado no Governo Geisel.

Por outro lado, o momento é oportuno para proclamarmos que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mantendo a sua tradição de legalidade e irrestrito respeito à Carta Constitucional, negou vigência ao parágrafo único, do artigo 18, da Lei Orgânica da Magistratura, na parte em que se criou o Tribunal Militar do Estado.

Tal providência não estava prevista na Mensagem Governamental que submeteu à apreciação do Congresso Nacional o anteprojeto de lei que dispunha sobre a Lei Orgânica da Magistratura, sendo, portando, defeso ao Legislativo Federal votar emenda aditiva que importasse em indevida intromissão em assuntos internos e da competência do Estado do Paraná, em aumento da despesa pública e em alteração dos órgãos do Poder Judiciário em segunda instância.

Além disso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado negou aplicação a parte do parágrafo único da Lei Complementar n.º 035, porque a criação do Tribunal Militar do Estado do Paraná violenta a norma do artigo 192, da Constituição Federal, que estabelece:

"São mantidos como órgãos de segunda instância da justiça militar estadual os tribunais especiais criados, para o exercício dessas funções, antes de 15 de março de 1967".

Como é óbvio, a Constituição Federal tolerou, permitiu que continuassem em funcionamento, apenas os Tribunais Militares dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, que já estavam em funcionamento, vedando a criação de outros Tribunais Castrenses.

Proibido pela Constituição Federal, não poderia a Lei Orgânica da Magistratura, uma Lei Complementar, impingir ao Estado do Paraná a instalação de um Tribunal Militar, sabidamente desnecessário.

Em face da histórica decisão da maioria absoluta dos Senhores Desembargadores integrantes do Tribunal de Justiça do

Estado, acoimando de inconstitucional o dispositivo anteriormente aludido, seria desnecessária a nossa volta a esta tribuna se não tivéssemos identificado nesta Casa um trabalho de bastidores para ensejar a apresentação e votação de uma emenda ao anteprojeto de lei que visa adaptar o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado à Lei Orgânica da Magistratura.

Evidentemente, compete privativamente ao Governador, nos termos do artigo 47 da Constituição Estadual, "iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores, ou acresçam a despesa, bem como fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar", pelo que não se pode pensar em apresentação de emenda aditiva nesta Assembléia Legislativa.

Entretanto, como não acreditamos que o Excelentíssimo Governador do Estado irá se posicionar contra a soberana decisão do Tribunal de Justiça do Estado, que impediu a instalação do Tribunal Militar do Estado, como sabemos que Sua Excelência tem proclamado que não dispõe de recursos para pagar o 13.º salário para o funcionalismo público paranaense, condenado a não receber nem o abono de emergência, como estamos acompanhando o drama das firmas empreiteiras de obras públicas, que foram convidadas a paralizarem ou diminuir o ritmo das construções contratadas, em decorrência das incalculáveis dívidas deixadas pela gestão anterior, como não se pode negar que foram relegados a segundo plano os projetos de atendimento ao menor abandonado e carente, como não podemos desconhecer que os aposentados e as viúvas dos funcionários públicos estaduais estão recebendo quantias ínfimas, como já fomos cientificados de que o Estado não dispõe de recursos para saneamento básico e nem para as principais obras de infra-estrutura no interior, não podemos acreditar que o Chefe do Poder Executivo cogite do encaminhamento de mensagem para a criação do Tribunal Militar do Estado do Paraná, mesmo porque a Constituição do Estado, em seu artigo 93, estabelece:

"A Justiça Militar estadual, tem como órgão de segunda instância o Tribunal de Justiça e, como órgão de primeira instância os Conselhos de Justiça, organizados na forma da lei federal, com competência para processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os integrantes da Polícia Militar".

Observando-se o disposto no artigo 92, § 1.º e no artigo 93 da Constituição Estadual, torna-se evidente que seria necessária a alteração das Cartas Federal e Estadual para viabilizar a instalação do Tribunal Militar paranaense.

Assim, para que esta Casa do Povo não venha a servir de palco para a apresentação de emendas inconstitucionais, à mensagem de adaptação do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, voltamos a repetir que o egrégio Tribunal de Justiça do Estado julgou ilegal a criação do Tribunal Militar do Paraná."

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Concedo, com maior prazer, o aparte a Vossa Excelência, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Tavares, Vossa Excelência realmente traz à colocação dos assuntos viabilizados em tribuna desta Assembléia, um grande problema, que é a lei orgânica da magistratura estadual.

Esta lei, além de violentar o princípio da independência dos Poderes, criou uma temeridade nas instâncias secundárias, e, sobretudo, criou uma situação caótica na limitação da competência dos Tribunais de Alçada, e gritas se fizeram, na ocasião da elaboração dessa lei que tramitou discutidamente no Congresso Nacional, inclusive havendo incorporação de ponderadas e valiosas inteligências do País, visando uma contribuição no aper-

feiçãoamento desta lei, e hoje, mal ela nasce, grandes dificuldades ela tem trazido para a situação jurídica do País.

E aí está um dos aspectos que nós poderíamos dizer, a certidão da violência contra a independência do Poder Judiciário, através do centralismo do Governo, que é este chamado "Conselhão".

Parece que, no Brasil, tudo é "ão", Conselhão, Partidão, Arenão.

Mas, esses "ãos", hão de fazer rastro pela história deste País, aqueles que ousaram, mesmo do Partido do Governo, ousaram divergir e votaram contra essa famigerada Lei Orgânica da Magistratura.

Na verdade, nobre Deputado, Vossa Excelência abordou de raspão o problema do serventuário e dos cartórios. Isto é o maior índice de compadresco que aconteceram em todos os tempos desta República, como diz Brossard, dessa "sereníssima República brasileira".

Mas, tem um aspecto que precisamos ir mais além: o serventuário da Justiça. Quantos anos temos lutado, desta tribuna, para criar uma carteira de aposentadoria para os serventuários da Justiça que, durante, 30, 35, 40 anos, militam neste Foro da Justiça extra-judicial. E criam fatos, e criam atos, e trabalham vidas inteiras, para, depois se aposentarem com Cr\$ 3.000,00, Cr\$ 4.000,00. Um salário vergonhoso, diga-se de passagem.

Aliás, a aposentadoria no Brasil é um caso de polícia.

Faço aqui, mais uma vez, na pegada de seu pronunciamento, este apelo, para que se estude, de uma vez por todas, o problema do serventuário da Justiça. E já temos oferecido, em duas oportunidades, alternativas para se solucionar esse problema.

Mas, quero, neste aparte, congratular-me com Vossa Excelência porque faz uma crítica incisiva a esse desmantelo, a essa mazela que se convencionou chamar Lei Orgânica da Magistratura. Tanto os advogados, magistrados, juristas, doutrinadores, acadêmicos, todos são unânimes em criticar essa lei.

Não vejo porquê a irredutibilidade do Governo, a teimosia deste Governo de cunho tecnocrático e militarista, não vejo porquê não deixar penetrar pelos ouvidos adentro, e buscar na própria consciência os clamores nacionais para que essas leis absurdas e temporâneas ainda tenham vigência, neste País. E é nesse sentido que ainda quero, modestamente, contribuir, nobre Deputado. Louvar a iniciativa de Vossa Excelência que, já em duas oportunidades, vem fazer críticas à Lei Orgânica da Magistratura, sobretudo agora, nesta chamada Mensagem que o Governo quer fazer.

E até é necessário que os congressistas avoquem para si não só a obrigação, mas o direito, a liberdade e a consciência de elaborar emendas que possam trazer a certidão de novos rumos para a consciência jurídica nacional, e a certeza da fé dos homens que militam neste Foro, fazendo inclusive que o Congresso Nacional restaure um pouco da autonomia perdida. E perdida por quê? Por causa da falta de gabarito, quem sabe.

Fica aqui a dúvida dos homens que, para lá, foram, as custas, quem sabe até, de corrupção eleitoral, para bajular o Governo e apoiar na aprovação de leis que só vêm beneficiar este regime que há muito deveria ter caído.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e faço algumas considerações em torno desta Lei Orgânica da Magistratura. Ela, para a vida jurídica nacional, trouxe um sem número de desvantagens. E para o Paraná, especialmente, talvez porque, no Congresso Nacional, existam alguns representantes de nosso Estado que lá chegaram, em decorrência de aspectos como Vossa Excelência acaba de afirmar, para o Paraná ela é ainda mais nociva. Digo isto, nobre Deputado Fidelcino Tolentino, porque tenho sentido o grande

desinteresse da classe política do Paraná em torno do que temos chamado de Tribunal Militar do Paraná, porque, por iniciativa de um Parlamentar do nosso Estado que pertence ao Partido do Governo no Congresso Nacional, foi inserida, na Constituição Federal, que, além dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, também o Paraná teria o seu Tribunal Militar. Bato nesta tecla, nobre Deputado Fidelcino Tolentino, não querendo entrar no mérito da questão dos cartórios porque sei que os cartórios continuam como estão porque, se esta lei vier efetivamente a atingir este setor, ela vai prejudicar muitos proprietários poderosos de cartórios neste País, e ajudar os pequenos proprietários de cartórios, e, como tal, ela não pode, de forma alguma, beneficiar os pequenos, porque neste País pouco se faz pelos pequenos.

O SR. Fidelcino Tolentino — Mas Vossa Excelência há de lembrar

que esta lei dos cartórios é uma lei que só serviu para dar afirmação aos que já existiam e Vossa Excelência bem se lembra, qual o Ministro que inventou esta mágica alquimista para transformar os cartórios que foi de certa forma benéfico, mas que deveria alcançar a todos indiscriminadamente, porque, o que mais se faz neste País, Deputado, é a corrupção nos cartórios, corrupção no preço dos serviços dessas serventias, em todos os níveis, seja cartório do Foro judicial, ou extra-judicial. É a maior corrupção que se vê no País. E ainda há mais: quando se reclama às vezes a tribunais, os tribunais silenciam, como aconteceu com o Estado de Minas Gerais.

Fica aqui esta crítica, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Perfeito!

Mas, não querendo me aprofundar nesta questão de cartórios, mas, nós sabemos que neste aspecto, a Lei Orgânica da Magistratura, se entrasse efetivamente, ou melhor, se fosse efetivamente regulamentada, ela iria prejudicar os poderosos proprietários de cartórios, como muitos que nós conhecemos no Paraná, e inclusive em outros Estados, como o caso de Arapongas, que sabemos, família Grassano terá dois ou três cartórios, esparramados pelo Paraná. E os pequenos proprietários, estes, seriam beneficiados, porque o seu movimento do dia a dia é muito pequeno.

Mas, não querendo me alongar neste aspecto, o que nos preocupa efetivamente no Paraná, é a criação do Tribunal Militar altamente ocioso, desnecessário, como pretendo, na conclusão deste meu modesto pronunciamento, provar a sua alta desnecessidade.

(Continua a leitura). "No Poder Judiciário estadual marcaram as suas posições, contrariamente à instalação do Tribunal Especial, os ilustres Senhores Desembargadores Heliantho Camargo, Armando Carneiro e Eros Gradowski, que foram acompanhados pela maioria dos seus pares. Aliás, conforme entrevista publicada nos jornais desta Capital, o eminente Desembargador Heliantho Camargo teria, na oportunidade da votação da matéria, demonstrado aos seus colegas de Tribunal Pleno a desnecessidade da adoção da medida prevista na Lei Orgânica da Magistratura.

Por esta razão, solicitamos à Auditoria da Justiça Militar do Estado do Paraná uma certidão comprobatória dos julgamentos proferidos na mesma, nos últimos dez (10) anos, na qual consta o seguinte: "Certifico — a pedido verbal da parte interessada que — revendo o livro "Tombo" deste órgão Judiciário, nele foram constados, de 1969 à 1979, até esta data, que foram julgados os n.ºs abaixo de processos: 1969 — 7; 1970 — 11; 1971 — 9; 1972 — 10; 1973 — 10; 1974 — 15; 1975 — 14; 1976 — 31; 1977 — 23; 1978 — 17; 1979 — 14. O referido é verdade e dou fé. Curitiba, 20 de setembro de 1979. Antônio Ferreira da Silva - 2º Ten PM QOA Escrivão".

Este reduzidíssimo número de procedimentos na primeira instância jamais poderia ensejar a criação e instalação de

um Tribunal Militar, pois é sabido que apenas uma pequena parcela destes processos chegará à segunda instância, por interposição de recursos da acusação ou da defesa.

Como já se afirmou, com oportunidade e propriedade, o Tribunal Militar do Estado do Paraná, se instalado, seria o mais caro, desnecessário e inconstitucional do mundo.

Não se pode pulverizar verbas do Poder Judiciário paranaense, que ainda não construiu o Fórum de Curitiba; que paga vencimentos baixíssimos aos Oficiais de Justiça, Serventuários e Auxiliares da Justiça; que não remunera condignamente os seus Juizes; que possui as mais precárias instalações no interior do Estado, na maioria das vezes edificadas com o auxílio das Prefeituras Municipais; que não dispõe de recursos para melhor aparelhar o Juizado de Menores; que não pode modernizar os seus serviços administrativos e, conseqüentemente, de-semperrar a "máquina judiciária", secularmente emperrada.

Por tudo isso, tendo em mente que o artigo 106, § 1.º, da Lei Orgânica da Magistratura estabelece que "Somente será majorado o número dos membros do Tribunal se o total de processos distribuídos e julgados, durante o ano anterior, superar o índice de trezentos feitos por juiz", chegamos à conclusão que os membros do Tribunal Militar do Estado, se instalado, não receberiam mais que cinco (05) processos cada um, por ano, número sessenta vezes menor ao exigido por lei para o aumento de cargo na segunda instância.

Concluindo, fazemos um apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente e aos Ilustríssimos Senhores Deputados no sentido de que não se procure restabelecer nesta Assembléia Legislativa o debate sobre a conveniência, oportunidade e legalidade da criação e instalação do Tribunal Militar do Estado do Paraná, uma vez que o tem já foi detidamente apreciado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, guardião de gloriosas tradições e sustentáculo das liberdades democráticas da nossa gente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No Horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR-PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Durante seu triste governo, Geisel sempre esteve presente em Arapongas. Sempre de maneira negativa. Presente no desemprego, fruto de sua política econômico-financeira. Presente no arrocho salarial, na proibição das greves para favorecer o capital monopolista. Lembramo-nos das mortes de Vladimir Herzog, de Manuel Fiel Filho, durante seu governo. Dos exilados, dos banidos. Do pacote de abril, criando a excrescência biônica. Presente nas cassações. Da "granja do torto", sua "Torre de Marfim", entortava a Nação, fechando o Congresso. Autocrático, discricionário. Arbitrário.

Certo dia estávamos reunidos em Arapongas para conversarmos com Alencar Furtado, Líder das Oposições na Câmara, foi então que o braço comprido de Geisel, braço da prepotência, se fez presente à reunião. Braço da injustiça. Cassou Alencar, naquele exato momento. Na perplexidade da brutalidade sofrida encontramos forças para continuar resistindo aos ditadores.

Era assim, sem pedir licença, que Geisel adentrava nas casas através de seus atos, sem respeitar ninguém. Prepotente. Senhor absoluto. Deus das chuvas e dos trovões. Senhor da moral e dos costumes. Dono da verdade. Adepto fervoroso da Doutrina da Segurança que jogou no confronto irmãos brasileiros que não pensavam de maneira igual, uniforme.

Que via, com vesguice doentia, os adversários como inimigos.

Com seu governo, Geisel tirou da face latino-americana de nós outros o sorriso. Se bem que não havia motivos para alegrias para uma imensa população vivendo no desemprego, no sub-emprego, na exploração do seu trabalho, sob o tacão dita-

torial.

O prussianismo geiseliano fez murchar o "Risorius de Santorini". Tristes tempos.

Talvez seja por tudo isso que amanhã será homenageado em Arapongas. Pelo estrangulamento dos sindicatos, pelo arrocho salarial, pela proibição das greves, pela reforma agrária que impediu, pelo arbítrio que regou e fez florescer, pela prepotência que adubou, pelo endividamento externo e interno que exacerbou. Pelos banimentos, pelos exílios, pelas cassações. A ultra-direita, no poder em Arapongas, está açodada e em festas.

Agora Geisel volta à minha cidade. As ruas serão lavadas, os postes pintados, calçadas estão sendo feitas. Os mendigos retirados de circulação. Crianças serão obrigadas a comparecer e a bater palmas. Professores despersonalizados serão obrigados a dobrar espinhas num servilismo abjeto.

Para comer um pedaço de carne com Geisel quem quiser terá que pagar Cr\$ 1.000,00. Essa mesma carne que o povo não sente nem o cheiro. É o jogo das classes dominantes. É o "almoço das minorias" que através do dinheiro impõem os seus privilégios. Enquanto o povo definha na subnutrição, esses, os festeiros dominantes, correm o risco de sofrer congestão de tanto comer. É o preço da bajulação.

Mas o ex-Presidente está irremediavelmente batido em sua imagem fabricada de austeridade e de seriedade. Pregava, quando na Presidência, e a imprensa registrou várias vezes, a abstinência do fumo e do álcool. E agora chega à Arapongas como garoto-propaganda da multinacional do vinho a NATIONAL DISTILLER'S, que lhe pagou todas as despesas em recente viagem aos Estados Unidos. E agora volta para fazer através da possível influência que ainda tem neste País, com que outros sigam plantando as uvas que interessam a essa multinacional.

Como os tempos mudam, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

E chega, o que é pior ainda, no nosso entendimento descumprindo a Lei n.º 6.454, por ele sancionada, quando Presidente, que diz em seu artigo 1.º: "é proibido em todo território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta".

E ele vai à Arapongas, para receber uma homenagem que estão prestando a membro de sua família, dando-lhe a denominação de um de seus familiares ao Centro Social Urbano, que tem sido construído com o dinheiro do trabalhador brasileiro.

E onde nós estamos, Sr. Presidente, vendo o dinheiro do pobre trabalhador brasileiro sendo carreado para se fazer obras para homenagear aqueles que, através de uma política anti-popular e anti-nacional, jogaram este trabalhador na fome e na miséria.

Se vierem com preciosismos constitucionais, diremos: "Onde fica o legítimo? Onde fica o moral? No nosso entendimento é mais um péssimo exemplo que não deve ser seguido.

A curiosidade somada ao receio e ao medo, estes instalados na população ao longo destes 15 anos, de ditadura militar, se fará presente nas ruas de minha cidade. Quem a conhece de perto, sabe que assim será, apenas e tão somente assim.

Á Geisel e aos aprendizes de ditador, deixo os versos do Poeta, deixo os versos de Vandrê:

"Vim de longe, vou mais longe,
Quem tem fé vai me esperar,
Escrevendo numa conta, pra junto a gente cobrar
No dia que já vem vindo, que este mundo vai virar.
Noite e dia, vem de longe, branco e preto a trabalhar,
e o dono, senhor de tudo, sentado mandando dar.
É a gente fazendo conta, pro dia que vai chegar.
Marinheiro, marinheiro, quero ver você no mar
Eu também sou marinheiro, eu também sei governar.
Madeira de dar em doido
Vai crescer até quebrar,
é a voltado cipó de aroeira, no lombo de quem man-

dou dar."

Fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o protesto que faço desta tribuna, como representante da grande maioria do povo de Arapongas, pela visita deste homem que, ao longo de seu governo nada mais fez do que praticar o arbítrio até à exacerbação.

Muito obrigado.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Gostaria, Deputado, nos poucos instantes que restam do seu pronunciamento, dizer, nesse aparte que esse privilégio nada entusiasmante não é apenas de Arapongas. Toledo também terá essa presença. E já que o tempo é pouco, e as festas são por demais extensas, gostaria de que o seu pronunciamento também servisse para traduzir o que nós da Oposição e, realisticamente analisando a situação nacional do então Presidente Geisel, façamos da sua palavra, do seu pronunciamento, as nossas sobre esta visita que Geisel fará a Toledo.

O homem que fez um decreto impedindo que obras públicas tivessem o nome de pessoas vivas, eis que agora — isto é próprio dos ditadores, quem fez a lei vem se beneficiar para ter um nome numa obra pública com nome de pessoa viva. Ilustre Deputado, meus cumprimentos pelo seu pronunciamento e que ele também traduza a nossa posição, referentemente a Toledo, que terá esta visita, nada entusiasmante e nada, para nós, elogiosa.

Obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Recolho, nobre Deputado Nelson Friedrich, com grande satisfação, o aparte de Vossa Excelência, porque sei que além de membros de um mesmo partido, somos também como irmãos nessa luta que temos ao longo de todos esses tempos, feita em favor deste País, para que se recobre, realmente, aqui, o estado de direito democrático.

Ocorre-me, agora, o seguinte: o ex-Presidente baixou essa lei proibindo a denominação de próprios à pessoas vivas, talvez ele já tenha morrido e nós não o saibamos.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Deputado Waldyr Pugliesi, seria apenas para cumprimentá-lo, para subscrever, sem tirar nem pôr, o que Vossa Excelência pronuncia dessa tribuna.

Mas quero registrar apenas que, durante o pleito municipal em Cascavel, essa figura sombria desse ex-Presidente, que volta ao Oeste do Paraná, volta agora, num clima que o Paraná e o Brasil todo conhece. E vai perto de Cascavel, a Toledo, porque, em Cascavel, no Dia de Finados, de 1976, foi dar uma contribuição para que o Oeste do Paraná, prestigiando seu governo, elege-se a maioria dos Prefeitos da ARENA. E, no final de seu discurso, se bem me lembro, dizia: "Votem no melhor, e tragam para o governo uma contribuição efetiva para refletir a minha administração".

Por isso, talvez ele nem queira passar por Cascavel, porque a minha cidade está refletindo exatamente o que ele pediu. E o povo ordeiro, acenando, certificando, confirmando o pedido dele, vota em cheio no reflexo mais legítimo do que é o seu governo, o governo de Cascavel.

Obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Nobre Deputado, o governo que está instalado em Cascavel, realmente, é o retrato de muita coisa que esse regime trouxe à Nação.

Até hoje, não falei nada a respeito do problema de Cascavel porque os Companheiros da região, com muita propriedade, discutiram, até a exaustão, os acontecimentos lá verificados.

Mas, gostaria de deixar registrado aqui, o seguinte: se aquele Prefeito Municipal tivesse um pouco de noção que deve nortear os administradores públicos, um homem sob suspeição, o mínimo que ele deveria ter feito era se afastar da Pre-

feitura Municipal, até que todas as suspeitas que pesam ainda sobre ele pudessem ser afastadas.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Também queria lembrar a visita que essa mesma figura fez à Marechal Cândido Rondon, mas gostaria de lembrar apenas um outro fato: foi o ex-Presidente Geisel o primeiro a adotar e apadrinhar um partido, a ARENA. Talvez em consequência disso, João Baptista Figueiredo teve que aniquilar os dois para não ficar mal.

Era só isso.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Encerrado o tempo, muito obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Senhor Deputado Leônidas Chaves.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "O tema que absorve as atenções políticas, que está no centro das preocupações nacionais, que empolga o momento é certamente a Reformulação Partidária, em torno da qual se travam os maiores debates, tanto no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas, quanto na imprensa.

Sendo o segundo passo do processo mais amplo, que é o da abertura, a reorganização dos partidos políticos, tal como ocorreu com a anistia, empolga todo o País, a exemplo dela, divide as opiniões e sacode os sentimentos da classe política. Nem poderia ser de outro modo, pois tratam-se de questões fundamentais, a primeira, para possibilitar o desarmamento dos espíritos, e a outra para o seu reordenamento pacífico em correntes distintas, como é da natureza do sistema representativo, para garantir o funcionamento do próprio regime democrático.

Neste debate em torno da reforma partidária o que está na ordem do dia é a definição do número ideal de partidos para que se cumpra o mandamento constitucional do pluripartidarismo, que é da essência das democracias autênticas. É que o bipartidarismo vigente está encerrando a missão que lhe coube, a partir de 1965, como peça do sistema revolucionário. Hoje em transição para o Estado de Direito.

Se é certo que o bipartidarismo, em princípio, não é incompatível com a prática democrática, a verdade é que ele, segundo o entendimento dos melhores tratadistas, se coaduna melhor com sociedades altamente desenvolvidas, sem grandes disparidades sociais e econômicas, onde o processo político atingiu uma etapa, por assim dizer, pós-ideológica, isto é, de arrefecimento das lutas internas. O bipartidarismo serviu, sem dúvida, numa conjuntura de exceção, como foi a da Revolução de 64, que teve como um de seus objetivos, para assegurar a ordem interna e a segurança nacional, a necessidade de atenuar a febre política anterior que tinha, aliás, como uma de suas causas, o excesso de partidos políticos, responsável, não raro, pela barganha de legendas e pelas coalizações mais esdrúxulas.

Mas num regime realmente democrático, não se compreende nem a existência do partido único, que pode encorajar a tirania de um grupo no exercício do poder, nem a multiplicidade excessiva de agremiações, sujeita a conduzir ao caos político, já que o governo para poder governar é obrigado a buscar maioria parlamentar mediante as coligações mais estravagantes.

A definição do número de partidos é, portanto, uma das premissas básicas da reformulação partidária, ou seja, um dado essencial à efetivação do próprio pluripartidarismo. Mas se antes, a Revolução de 64, ao adotar o bipartidarismo, teve como uma de suas preocupações não ideologizar o processo político, a verdade é que essa cautela acabou por conduzir ao perigo oposto a que o bipartidarismo pode levar numa sociedade, como a nossa, que ainda não alcançou a maturidade

das democracias mais desenvolvidas do mundo. Isto é, ao perigo da representação puramente plebiscitária e maniqueísta do "sim" e do "não", transformando cada pleito não numa eleição entre Governo e Oposição, mas numa contestação crescente do regime, que ameaça de radicalização intensa a escolha de seus representantes. A Oposição tende, assim, a lançar a Nação contra o Estado e, este a apelar, a fim de garantir sua própria sobrevivência, para as legislações casuísticas e para restrições da legislação eleitoral, que acabam resultando no afastamento do próprio povo do seu direito de participação na organização do poder.

Eis, porque, quando o regime se abre, é preciso que abra também o leque de seu sistema partidário, a fim de oferecer várias opções alternativas para as diferentes correntes de opinião que queiram apoiar o Governo, ou divergir dele, sem porém partir para contestação do regime e do próprio Estado. Em tais condições, é impossível impedir que correntes de conteúdo ideológico possam também se manifestar, à luz do sol da liberdade, sem precisarem se infiltrar em outras agremiações menos radicais e mais moderadas, agindo na sombra e, principalmente, mediante atitudes dúbiles, contaminando a autenticidade do processo político-partidário, para não dizer do próprio sistema representativo.

Se não queremos excessos de lutas ideológicas, também não devemos querer apenas agremiações puramente fisiológicas, que só sabem viver abrigadas à sombra com todas as armas legítimas e ilegítimas. Partidos puramente fisiológicos não são bons para governos que desejam honestamente, proporcionar liberdades democráticas em nome de uma democracia verdadeira.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Há poucos dias nós desta tribuna realizamos uma análise da atual situação política do País e automaticamente, revendo a Reformulação Partidária.

Hoje, por felicidade, ao lermos a revista ISTO É, nós encontramos em suas páginas, exatamente aquilo que estávamos prevendo, uma reformulação partidária nascida de cima para baixo, com quatro partidos que deverão nascer no mesmo quadro político brasileiro, um, onde exatamente já recebe o nome de Partido do Governo, ou seja, ARENÃO, onde congrega todos os políticos que deverão ficar dando um apoio efetivo e concreto ao Governo brasileiro, um partido que também deverá nascer de uma linha independente, cuja reportagem que lemos a respeito, nos dão o sinal de que ficarão os moderados do MDB, juntamente com os moderados da ARENA num partido de linha independente que poderá, quiçá, apoiar o Governo em seus projetos em benefício da causa brasileira e também poderá criticar construtivamente quando acharmos que esse projeto não é adequado com a realidade brasileira. Partido também que deverá nascer, como Vossa Excelência também, meu caro Deputado, analisa, o PTB, totalmente ligado às causas trabalhistas, e mais um partido radical de esquerda. Esta deverá ser a nova situação do quadro político brasileiro.

Nós estamos com a atenção voltada, para cada um de nós que representamos uma parcela do povo brasileiro nesta Casa, para a análise, ouvindo as nossas bases e procurando, dentro de um partido ou de outro, levar o nosso efetivo apoio em benefício de uma reformulação não só político-partidária, mas, uma reformulação econômico-financeira pela qual o nosso País deverá passar urgentemente, por um novo quadro, porque a inflação aumenta dia a dia e nós não poderemos estar aqui, só apoiando aquilo que achamos que não é certo, para o engrandecimento e para um conserto até, da vida político-econômica brasileira.

Meus parabéns pela análise que Vossa Excelência faz. Cada vez que ouvimos as suas palavras, constatamos que são palavras, efetivamente, de um político que deseja crescer junto

com todos nós, e que deseja ajudar a sua Pátria, especialmente o povo do interior do nosso Estado.

Meus parabéns, Deputado Leônidas Chaves!

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Obrigado, Deputado Tércio Albuquerque.

"Sou dos que está com o Governo do Presidente Figueiredo, bem como estarei sempre apoiando o seu governo e as suas metas, porque assim acreditamos que, depois desta fase revolucionária temos que perseguir o caminho da verdadeira democracia. Contudo, ainda alimento dúvidas sobre se nesta fase de abertura do processo democrático não seria talvez mais prudente, isto é, de boa política, admitir a formação de mais um partido de sustentação do Presidente da República e dos Governos estaduais, ainda que um segundo, no âmbito estadual, viesse a se colocar numa posição mais equidistante dos governos locais, onde nem todos possam navegar no mesmo barco. Levanto esta dúvida inclusive em nome do fortalecimento do Governo do Presidente Figueiredo, pois não é absurdo imaginar que seu governo possa amanhã sofrer os efeitos negativos de divisões internas, de divergências e antagonismos insuperáveis, se todos que o apoiam tiverem que viver, a contra gosto, numa mesma agremiação."

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Nobre Deputado, venho acompanhando com atenção o seu pronunciamento, numa hora oportuna em que se discute a reforma política. E gostaria de manifestar que estou de pleno acordo quando Vossa Excelência afirma que o bipartidarismo surgiu dentro de um regime de excessão. E serviu então para manter a estabilidade do poder. No entanto a minha conclusão talvez seria outra, que se ele serviu para manter os revolucionários, entre aspas, no Poder, essa sua função atrofiou ao longo do tempo. A medida que as eleições, de eleições em eleições, o bipartidarismo realmente estava traduzindo-se em termos de um plebiscito, a favor, ou contra. E, concluímos que neste momento, a reformulação partidária bem imbuída com o objetivo de evitar o plebiscito, porque o plebiscito nas próximas eleições, continuando o bipartidarismo, seria vergonhoso e insuportável para o atual governo. Por isso, para evitar talvez uma derrota mais vergonhosa no campo político, pois a derrota no campo econômico e social já se tornou impossível de evitar, o governo adiantou-se na Reformulação Partidária. No entanto, nós acreditamos que numa verdadeira e autêntica democracia, essa reformulação partidária deveria surgir à partir de uma Assembléia Nacional Constituinte e seria esse o passo inicial a ser dado. Assim como fizeram todos os outros regimes ditatoriais militares da América do Sul, que saíram do impasse ditatorial, como no caso do Peru. O Peru também tinha uma Junta Militar governando durante muito tempo, convocou uma Assembléia Nacional Constituinte, exatamente para abrir o processo democrático. Seria essa a medida talvez mais corajosa e mais autêntica, desde o ponto de vista político democrático. Por isso, acredito que, foi infeliz, no momento, principalmente para nós da Oposição, a medida do governo, de antecipar a reformulação partidária. Sem no entanto tocar na Lei Falcão, e tantas outros esquemas e instrumentos anti-democráticos que ainda vogam no País.

Seria apenas essa observação, nobre Deputado.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Obrigado, nobre Deputado.

"Hoje já se sabe que um número ponderável de arenistas deverá deixar o atual partido do Governo para ingressar numa das agremiações mais moderadas das duas ou três em que a Oposição de hoje deverá se fracionar. Não estou defendendo nem impondo um ponto de vista que contrarie a alta cúpula do meu partido, e muito menos, a orientação que o Presidente Figueiredo já teria definido quanto ao futuro da ARENA.

Apenas faço ponderações e exprimo preocupações de

quem, como eu, tem o máximo empenho de que a abertura em geral, e a Reformulação Partidária, em particular, seja um passo seguro em direção ao futuro, para que não venhamos a cair amanhã, de um lado, em oposição de extremo radicalismo ideológico e, de outro lado, em iguais posições extremas de oportunismo fisiológico.

As lições da história muitas vezes são a fonte onde devemos buscar ensinamentos - embora seja dos que reconheça que a História não se repete, tal qual no passado. Mas não podemos esquecer que a sobrevivência da estrutura do poder que transcendeu à queda do Estado Novo, em 1.945, na fase inicial da redemocratização do pós-guerra, se deve à prudência dos líderes daquela época, isto é, se deve à constituição de dois partidos do Governo, os antigos PSD e PTB, que atuando em faixas distintas, asseguraram o domínio dos ideais do situacionismo de então, enquanto a UDN daquela época, que era naquele tempo uma federação de oposições se foi fracionando inlutavelmente, porque não tinha, nem podia ter, como a Oposição e Situação de hoje, unidade de idéias, de doutrina de filosofia e de identidade ideológica.

Se é certo que os tempos são outros, não estão tão distantes assim, para não encerrarem ensinamentos dignos de serem levados em conta, adaptados ao momento nacional. Não queremos, como disse o Presidente Figueiredo fazer recuar a história, nem repetir os seus erros. O Brasil de hoje é bem diferente do Brasil de 1.945, e de todo o período anterior a 1.964. Mas devemos lembrar também que ao fim do período 1.945-1.964, já se estava chegando a um realinhamento partidário mais compatível com a estrutura da sociedade brasileira. Já então eram apenas quatro ou cinco os partidos de maior influência o PSD a UDN, o PTB e o PDC enquanto os demais se confundiam no fundo do quadro, perdendo força e substância no seio da Nação.

Devo, em todo o caso, regozijar-me com o anteprojeto de reforma partidária que o ilustre Ministro Petrônio Portella, da pasta política do governo, acaba de submeter à consideração do Presidente da República, para seu posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, porque vejo nesse anteprojeto, aberturas como a constituição inicial de blocos parlamentares para a formação posterior de novos partidos possibilitando um realinhamento menos rígido quanto à estrutura de sustentação e apoio do Governo. Acredito que tal possibilidade representa um prudente e inteligente gesto de sabedoria política do atual Governo".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Francisco Zimmermann, Vereador do Município de Cascavel.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 80/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 81/79), que aprova termos adi-

tivos ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de BOCAIUVA DO SUL, que com a participação da COMEC, objetiva aplicação de recursos financeiros em obras de desenvolvimento do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 81/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 90/79), que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e municípios nominados, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 88/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 21/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 89/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 84/79), que aprova o termo de renovação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ARAUCÁRIA, através da Secretaria do Planejamento e interveniência de Órgãos que especifica, visando realização de obras com vistas ao desenvolvimento urbano do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 90/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 85/79), que aprova o termo de acordo celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CURITIBA, que com a participação de Órgãos que especifica, objetiva a implantação do Parque Regional do Iguaçu. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 117/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 91/79), que autoriza o Poder Executivo subscrever aumento de capital da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, mediante incorporação de imóvel que especifica, de propriedade do Estado, situado em Jandaia do Sul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 130/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Congregação dos Oblatos de São José", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 134/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 102/79), que acresce ao Art. 9º, da Lei nº 1.384, de 10/11/53, parágrafo com redação que especifica, possibilitando à COPEL participar na busca de soluções ao problema energético. Parecer Favorável da C.J., por maioria.

Ao referido projeto foi apresentada Emenda, no seguinte teor. (Lê):

"EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 134/79

O parágrafo único do Art. 1º, do Projeto de Lei nº 134/79, mantidas as alíneas, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único — A sociedade constituída na conformidade do presente artigo, poderá, ainda, por si ou por empresas públicas, estatais e concessionárias de serviço público de que o Poder Público tenha maioria na Capital, e de que vier a

participar."

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH

Apoio: Erondy Silvério, Airton Cordeiro, Deni Schwartz e Gabriel Manoel".

Em votação a emenda. —

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa pretensão, ao encaminhar a votação desta Emenda, tem o objetivo tão somente de resguardar os interesses superiores do Estado e, principalmente, dos interesses maiores de nossa Pátria.

É lógico que todos os paranaenses, somos testemunhas da consolidação da COPEL, ao longo desses anos, e mais do que nunca, a realidade nacional está a exigir a multiplicidade de atividades destes setores públicos no fornecimento e desdobramento dos serviços ligados ao setor energético. Mas também nos cabe, Sr. Presidente, não deixar porta aberta à possível presença, inclusive do capital estrangeiro, em setores vitais da economia do Estado e da própria Nação brasileira.

Todos sabemos da grande habilidade que possuem, em se falando em multinacionais, para ingressar, direta ou indiretamente, na vida de um povo. E uma vez ingressando, dificilmente da vida desse povo elas se retiram. E passam a subjugar-lo aos interesses monopolistas e da alta lucratividade, sempre a qualquer preço.

Também é claro que a espinha dorsal do corpo, de uma Nação hoje, está no setor energético. E é evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não nos é facultado dar a possibilidade de, mais cedo ou mais tarde, por um ou outro governo, que utilizem de leis por nós aprovadas, que possam permitir esse ingresso, como disse, direta ou indiretamente, num setor verdadeiramente do interesse da Pátria brasileira.

Não podemos facilitar, pois nesta hora de análise deste projeto de ampla repercussão na vida energética do Estado e do próprio País. Não podemos possibilitar a ampliação pura e simples para que, com terceiros, indiscriminadamente venha a COPEL a atuar conforme o texto inicial desse parágrafo inovador do Art. 9.º, da Lei n.º 1.384, ora em votação, prevendo assim esta porta aberta aos interesses que não sejam exclusivamente do povo paranaense e do nosso País, e que possam ser ultrapassados e subrepujados.

E por esta razão, elaboramos esta emenda, Sr. Presidente, e para que a Casa e os Anais registrem, consta do projeto do Governo do Estado que: fica acrescentado um parágrafo ao art. 9.º da Lei n.º 1.384, de 10/11/53; Lei esta datada de 1.953 e que previa a instituição do Fundo de Eletrificação do Estado do Paraná. Diz o art. 9.º: "Fica o Poder Executivo autorizado a organizar, no Estado, sociedades de economia mista para a construção e exploração de centrais geradoras de energia elétrica, e delas participar," dando ensejo ao nascimento da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL.

Objetivava, portanto, o Projeto originário do Executivo, alterar o parágrafo único do Art. 9.º, constando que: "a Sociedade constituída na conformidade do presente artigo, poderá ainda, por si ou por sociedade de que vier a participar:

a — pesquisar e estudar, dos pontos de vista técnico e econômico, qualquer fonte de energia;

b —

c —

e demais letras subseqüentes".

A nossa emenda, Sr. Presidente, tão somente busca restringir esta possível abertura para participação de sociedades privada, muito menos multinacionais. Genericamente colocada esta posição, em verdade, deixaria o campo aberto para que terceiros ou a iniciativa privada, muitas vezes não ligada aos interesses superiores do povo do Paraná e do Brasil, pudessem

ingressar nesse setor vital para o povo e a economia do Paraná e do Brasil.

E a nossa emenda, conforme Vossa Excelência acabou de enunciar, objetiva então, resguardar tais interesses e objetivos, restringindo para que a COPEL, constituída na conformidade desta Lei, poderá por si, e em vez de estender a toda e qualquer sociedade, só possa atuar com empresas públicas, estatais e concessionárias de serviço público, de que o Poder Público tem a maioria do capital, e de que vier a participar.

Esta a mudança que pretendemos, através da emenda em tela.

Para sua aprovação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contamos com o apoio de todos os Deputados aqui presentes, e também nos sentimos efetivamente alegres e realizados pela própria receptividade da liderança do Partido situacionista que, em boa hora, num diálogo aberto, facilitou inclusive para que esta emenda tivesse o consentimento, o apoio, a subscrição do próprio Líder do Governo nesta Casa, numa afirmação que nosso espírito patriótico e de intransigentes defensores dos amplos interesses populares, não tem limites partidários. Devemos pois, estar atentos e jamais esquecer que há superiores interesses nacionais a cada instante e que nós estejamos prontos a defendê-los, como vigilantes da causa nacionalista e patriótica.

Esta é a nossa manifestação. E contamos, como já contamos com o apoio e a subscrição do Líder da maioria, que toda a Casa dê a sua aprovação a esta emenda que vem, efetivamente, restringir em um ponto, mas resguardar sobremaneira os interesses da COPEL, os interesses do povo do Paraná, os interesses do povo brasileiro.

Contamos pois, com todos os Deputados, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação o Projeto de Lei n.º 134/79.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi a palavra para encaminhar, apenas para me congratular com os nobres Deputados da Bancada do MDB nesta Casa, especialmente o seu Líder, Deputado Nilso Sguarezzi, e o Deputado Nilton Friedrich que, analisando com muita atenção e muito cuidado a mensagem governamental, puderam perceber uma pequena fissura na Mensagem que, talvez, no futuro, num futuro bem próximo ou distante, poderia trazer a este grande órgão do Paraná que é a COPEL, sérios dissabores. E os nobres Deputados já mencionados, com a sensibilidade política e com seu espírito patriótico e paranaense acima de tudo, consultaram a Liderança do governo nesta Casa a respeito da receptividade de uma Emenda que viesse assegurar, embora dando os instrumentos que o Sr. Governador necessita, para dinamizar a COPEL, no sentido de busca de novas fontes de energia, mas assegurando a esta mesma Companhia, a sua integridade operacional e acionária, contra possíveis dissabores no futuro.

A Emenda que a Casa vai apreciar e certamente aprovar, deve-se à sensibilidade, à sutileza destes eminentes Deputados a que me referi. A bancada da ARENA não terá outro caminho senão votar com a Emenda, porque ela, efetivamente, atende os interesses do Paraná e da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o projeto, ressalvada a Emenda. — **Aprovado.**

Em votação a Emenda. — **Aprovada.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/79, de autoria

do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 113/79), que dispõe sobre a extinção das Delegações de Controle existentes junto às Autarquias Estaduais. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. - Em regime de urgência. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/79, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 114/79), que introduz alterações na Legislação Estadual vigente, relativa ao Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), para execução do referido Plano, no período de 1.980 a 1.985. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/79, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 72/79 e Mens. Aditiva n.º 95/79), que objetiva solucionar situações de Servidores Admitidos com base na Lei n.º 6.508, de 13/12/73, inclusive dos Professores Suplementaristas, na forma e condições que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 95/79

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n.º 95/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 72/79, visa solucionar a situação dos servidores admitidos com base na Lei n.º 6.508, de 13 de dezembro de 1.973, inclusive dos Professores Suplementaristas, dispondo que os mesmos passem a ser regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, e dá outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, opinando favoravelmente quanto aos aspectos legal, constitucional e financeiro à Mensagem aditiva n.º 95/79, do Poder Executivo, encaminhando novo anteprojeto de lei acrescentando de mais um parágrafo ao Art. 1.º, da referida Mensagem originária.

Com relação a esta Comissão, temos que o presente projeto de lei, na exposição de motivos que acompanha a Mensagem Governamental, dos Excelentíssimos Srs. Secretários da Educação e de Recursos Humanos, fornece os elementos que justificam plenamente a medida ora proposta e que virá solucionar o angustiante problema de milhares de servidores públicos admitidos com base na Lei n.º 6.508, de 13/12/73.

Isto exposto, o nosso parecer é Favorável opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1.979.

(aa) Wilson Fortes, Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, nos seguintes termos. (Lê):
"Senhor Presidente.

Houve evidente equívoco na inclusão, nesta sessão, do Projeto de Lei n.º 95/79, que, retirado da Ordem do Dia ontem, não poderia retornar nesta data.

Assim, requeiro sua retirada e reinclusão na próxima sessão.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO"

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 91/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 87/79), que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ITAMBARACÁ, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 92/79, de autoria da C.C.J., 9mens. Govern. n.º 89/79), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e Municípios nominados, que com a participação e interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a realização de estudos e projetos para obras e serviços de interesses metropolitano visando o planejamento integrado do uso do solo. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 93/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 92/79), que aprova convênio de Auxílio e Cooperação n.º 149/79), celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GRANDES RIOS, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 94/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 76/79), que aprova termo aditivo ao Convênio n.º 01/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, com interveniência de Órgãos e objetivos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de reogizjo pelo transcurso do Jubileu de Prata da Cooperativa Central de Latifúndios do Paraná Ltda: — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, em forma de apelo, no sentido de que seja implantado o ensino regular de 2.º grau, na Escola "Professora Maria Aguiar Teixeira", no Bairro Cajuru. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministro dos Transportes e Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, visando reestudos sobre a taxa rodoviária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Bispos do Paraná, pela campanha iniciada pela Igreja de nosso Estado em favor dos "bóias-frias". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação do ensino de 2.º Grau, no Município de Tijucas do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes ao DNER, em forma de apelo, no sentido de que determine imediata sinalização na BR-277, trecho Curitiba - Paranaguá. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da EMBRATUR e Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, no sentido de autorizar o funcionamento aos domingos dos postos de gasolina do litoral do Paraná. -- **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão no sentido de que seja promovido pela Assembléia Legislativa do Estado, um debate sobre a "Problemática da Cafeicultura Nacional". e para isto sugere a criação de uma Comissão Especial, composta de 7 (sete) Srs. Deputados. — Em

discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Engenheiro Airton Paulo Cerqueira Alves, ocorrido na Cidade de Campo Mourão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Sr. Governador do Estado, pelo sucesso da execução do Projeto de Organização e Dinamização das Associações de Pais e Mestres do Paraná. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo seja reiniciada a construção do contorno rodoviário de Jarezinho, na BR-153. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "O Estado do Paraná" e à Secretaria da Cultura e do Esporte, pela publicação do suplemento sobre "O Contestado". – Em discussão.

(Solicitado para discutir)

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) – Adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150

do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, solicitando se possível, informar sobre indenização de área de terras localizada no Município de São Miguel do Iguçu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Presidente da SANEPAR, sugerindo-lhes cautela na cobrança d'água, evitando que as contas sejam cobradas com acréscimos, por suposto excesso de consumo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3a. DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n.ºs 80/79, 81/79, 88/79, 89/79, 90/79, e dos Projetos de Lei n.ºs 117/79, 130/79, 134/79, 140/79 e 141/79;
- 2a. DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n.ºs 91/79, 92/79, 93/79 e 94/79;
- 1a. DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 95/79, 103/79, 124/79, 128/79, 135/79, 136/79 e 137/79.

Levanta-se a sessão.